

**COMUNICADO Nº 47/2024/CNG/ANDES-SN –
ANEXO I**

**GREVE DOCENTE FEDERAL: INTENSIFICAR A NOSSA MOBILIZAÇÃO E
EXIGIR DO GOVERNO A CONTINUIDADE DAS NEGOCIAÇÕES**

A Greve Docente Federal completa 42 dias, desde sua deflagração no último dia 15 de abril, e chega a um momento crucial. Nosso movimento, que nesta semana alcança 60 Universidades, Institutos Federais e CEFETs, se iguala, nestes 42 dias de paralisação, ao número de universidades que estiveram em greve em 2012. Somando-se às greves das demais entidades representativas da(o)s profissionais da educação federal - Sinasefe e Fasubra - e de greves estudantis em um grande número de instituições federais de educação, representa uma das principais lutas sociais em curso no país. Até aqui, o fato de termos deflagrado essa greve se mostra um acerto político. A denúncia da precarização das condições de trabalho e de suporte efetivo ao ensino, pesquisa e extensão que se vive hoje na educação pública federal, a disputa pelo orçamento público, a crítica à lógica do fiscalismo que temos conseguido manifestar são todos elementos que permitem reafirmar o caráter justo e necessário do movimento.

Do ponto de vista da discussão sobre a recomposição das perdas salariais acumuladas pela categoria, foi a unidade das entidades da educação federal em greve que obrigou o governo a se mover da postura que mantinha desde o fim de 2023 e abrir um processo negocial de fato. Ainda assim, embora tenha havido algum avanço conquistado com a pressão exercida pela greve, o governo tem sido intransigente na apresentação de efetivas propostas ao longo das diferentes rodadas da mesa temporária, reiterando, em especial a indisponibilidade de conceder qualquer espécie de recomposição salarial ainda em 2024 e aportes voltados ao orçamento das IFES, seja no que se refere a investimentos ou custeio. Essa inflexibilidade, fortemente rechaçada pela categoria, chega nesse momento ao seu ápice. O principal fato político com que lidamos neste momento é a posição ultimativista do governo ao declarar, de modo unilateral, a disposição de encerramento das negociações após a mesa realizada no último dia 15 de maio, convocando um Ato de Assinatura de Termo de Acordo a ser realizado nesta segunda-feira, dia 27 de maio.

O governo não respondeu adequadamente ao conjunto de itens da pauta apresentada pelo ANDES-SN e protocolada junto ao MEC e ao MGI no dia 13 de maio e passou ao largo de questões fundamentais como a recomposição orçamentária e o “revogação”. Busca agora

emparedar o movimento grevista com base apenas em proposta salarial que, conforme a análise presente no Comunicado nº 35 do CNG, mistura recomposição de perdas inflacionárias e redistribuição de percentuais diferenciados de reajuste pela malha salarial, com prejuízos para a maioria, desestruturando ainda mais a nossa carreira. A rodada de assembleias de avaliação da proposta apresentada pelo governo na mesa do dia 15 de maio, que rejeitou a referida proposta em todas as seções em greve, discutiu igualmente a possibilidade de construção de uma nova contraproposta, em reposição àquela protocolada anteriormente. Da análise dos resultados dessas assembleias, verifica-se que a categoria repudia o ultimato do governo, exige a continuidade da negociação e, ao mesmo tempo, nos leva à tarefa de produzir uma síntese dos diferentes parâmetros para a continuidade do processo negocial e uma estratégia que permita seguir lutando por nossa pauta.

A postura ultimata do governo não pode ser dissociada de uma conjuntura política particular, relativa ao grau de tensionamento em que o governo, pressionado por um Congresso majoritariamente conservador, encontra-se, ao mesmo tempo, apegado a uma lógica neoliberal, fundada em uma ortodoxia econômica que beneficia apenas o sistema financeiro, reforçada pelo arcabouço fiscal. O governo, com enorme dificuldade em lidar com a extrema-direita mobilizada, não tem dado respostas efetivas às demandas das bases sociais que foram fundamentais para sua eleição.

A desigualdade dada nas negociações com as categorias entre a concessão de reajustes de 27,48% e até 77,15% para setores como a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal e a Polícia Penal Federal em 2024, por um lado, e a obstinação, por outro, em reafirmar ao longo de todo o atual processo negocial a indisponibilidade de recursos para conceder qualquer reajuste para as categorias da educação federal ainda esse ano, é uma expressão das contradições colocadas para o governo.

Estamos frente a um momento decisivo de nossa greve. A possibilidade de efetiva negociação junto ao governo em defesa das nossas pautas, com seriedade e enfrentamento da complexidade desse quadro é condição para a continuidade de nossas lutas e conquistas. Há, no entanto, um elemento intrusivo a ser considerado nessa conjuntura: trata-se da ProfeFederação e de sua disposição, própria à sua natureza, de agir como entidade paragovernamental. Repetindo o papel que procurou desempenhar em outras conjunturas, como aquelas das greves de 2012 e 2015, essa entidade burocrática tem propagandeado a

possibilidade de atender ao ultimato do governo e assinar o acordo proposto no próximo dia 27 de maio, do qual não se conhecem os termos precisos, uma vez que, até o momento, o governo não remeteu a minuta do acordo.

O governo, aliás, anunciou que não levará em conta a representatividade das entidades signatárias, em contradição com a postura adotada para assinatura do Termo de Compromisso de Benefícios, que exigiu que 80% do(a)s servidore(a)s público(a)s federais estivessem representado(a)s para sua implementação. É preciso dizer, todavia, que a Federação cartorial e burocrática enfrenta na conjuntura atual uma enorme dificuldade em levar a cabo sua nova tentativa de traição à categoria, experimentando sua maior crise histórica. Em primeiro lugar, porque há um quadro de rebelião em curso entre as poucas bases que restam a essa entidade, com a deflagração de greves em enfrentamento às direções, em alguns casos revertendo um quadro de isolamento em relação ao movimento docente nacional que já durava mais de uma década. Em segundo lugar, porque mesmo que decida buscar uma assinatura do acordo feita à revelia de suas bases efetivas e baseando-se em consultas questionáveis realizadas por pseudo-entidades, na intenção de legitimar suas decisões, as condições para que o governo aceite pactuar com essa farsa são hoje substancialmente diferentes daquelas verificadas em greves anteriormente mencionadas.

Além da maior fragilidade da Federação e do considerável ônus político com que um governo de coalizão, comprimido entre pressões exercidas por diferentes setores, teria de lidar ao tomar tal decisão, há que se considerar que também existem problemas a lidar no campo jurídico diante de decisões judiciais desfavoráveis à Proifex, no que diz respeito à possibilidade de praticar atividade sindical em representação à carreira EBTT, além de questionamentos de ordem similar, como aqueles movidos pelo ANDES-SN e pelas seções sindicais que atenderam à orientação emitida pelo CNG por meio do Comunicado nº 44, do dia 22/05/2024. Temos de compreender que a capacidade de fazer com que o governo siga negociando e exigir que dê atendimento ao conjunto da nossa pauta, independentemente do que fará a Proifex nesta segunda-feira (27), está correlacionada com a janela histórica que se abre, no quadro da fragilização desta Federação, diante da possibilidade de mais uma traição à categoria. Impor uma forte derrota a essa prática e concepção estranhas ao movimento sindical docente e reafirmar a legitimidade representativa do ANDES-SN, garantindo que o governo se mova de sua intransigência, depende, fundamentalmente, da nossa capacidade de oferecer respostas ao

ultimato imposto pelo governo, considerando a gravidade da situação e a necessidade de um movimento tático pautado pela velocidade que a conjuntura nos impõe.

É preciso reverter a situação e colocar agora o governo em situação de emparedamento. Precisamos demonstrar que a disponibilidade de luta da nossa categoria, manifestada em um movimento grevista que segue mobilizado, assim como a unidade de ação que deve ser intensificada nesse momento entre o ANDES-SN, o Sinasefe e a Fasubra, em representação legítima de todo(a)s trabalhadore(a)s de Universidades, Institutos Federais e CEFET's, que expressam uma disponibilidade resoluta de seguir negociando. A unidade com o(a)s discentes é fundamental para a massificação da luta. Em várias IFES, foram deflagradas as greves estudantis, manifestando seu apoio ao movimento de docentes e técnico(a)s e erguendo suas próprias reivindicações. Precisamos intensificar nossa mobilização e exigir do governo a continuidade das negociações. É o governo o responsável pela situação de ultimato: que o governo mude sua postura antissindical, siga os diálogos com a nossa categoria, ou arque com as consequências da própria intransigência.

Brasília (DF), 27 de maio de 2024.

EDUCAÇÃO FEDERAL EM GREVE

Comando Nacional de Greve do ANDES-SN